

Resumo do Relatório Anual de 2023

O relatório anual de 2023 da Autoridade Bancária Europeia (EBA) apresenta as principais realizações e atividades da organização no cumprimento do seu mandato e do seu programa de trabalho nos últimos 12 meses. As realizações da EBA são apresentadas no contexto da evolução macroeconómica e geopolítica.

O relatório destaca a missão da EBA de contribuir para a estabilidade e a eficácia do sistema financeiro europeu através de uma regulamentação simples, coerente, transparente e justa e através de uma supervisão que beneficie todos os cidadãos da UE.

Finalização da implementação de Basileia III na UE

A EBA publicou um roteiro para orientar a implementação de Basileia III, alinhando-o com os novos regulamentos bancários da UE, o Regulamento relativo aos requisitos de capital (RRC 3) e a Diretiva relativa aos requisitos de capital (DRC 6). A EBA centrou-se no reporte, no risco de mercado e nas orientações relativas aos modelos internos. As principais áreas de trabalho incluíram a titularização, as emissões de fundos próprios, os riscos de liquidez, os riscos de taxa de juro e a convergência da supervisão, com 140 novos mandatos previstos para 2024 e anos seguintes. Além disso, a EBA trabalhou na regulamentação das empresas de investimento e publicou atualizações sobre obrigações cobertas, fundos próprios, governação e diversidade. Prevê-se um controlo reforçado do risco de acesso ao mercado de países terceiros e do risco de taxa de juro da carteira bancária (IRRBB) para os próximos anos.

Realização de um teste de esforço reforçado a nível da UE

Em 2023, a EBA realizou um teste de esforço a nível da UE, alargando a amostra a 70 instituições de crédito em 16 países, abrangendo 75 % dos ativos bancários da UE. O teste avaliou a resiliência das instituições de crédito em cenários de base e adversos, incorporando projeções prudenciais do topo para a base das receitas líquidas de taxas e comissões. Pela primeira vez, incluiu dados pormenorizados sobre perdas de crédito setoriais para avaliar o impacto das incertezas económicas. Os resultados mostraram que os bancos europeus permanecem resistentes, apesar da grave recessão, da elevada inflação, do aumento das taxas de juro e dos diferenciais de crédito.

Além disso, a EBA realizou uma análise *ad hoc* das perdas em obrigações não realizadas, observando que, em fevereiro de 2023, os bancos detinham 75 mil milhões de EUR em perdas não realizadas em obrigações a custo amortizado, atenuadas em 38 mil milhões de EUR em coberturas. Estas perdas foram consideradas controláveis. A EBA começou também a desenvolver um cenário de risco climático «Fit-for-55» para avaliar a resiliência do setor financeiro e o apoio a uma transição de baixo carbono sob pressão.

Colocar os dados ao serviço das partes interessadas

A EBA avançou com a sua estratégia de dados, centrando-se no reforço da aquisição, partilha e análise de dados regulamentares através da plataforma da Infraestrutura Centralizada Europeia de Dados de Supervisão (EUCLID). Isto permitiu melhorar o fluxo de dados entre as partes interessadas, aumentando a transparência, a análise de riscos e a conformidade regulamentar. A estratégia também apoiou a implementação de um centro de dados do Pilar 3 e preparou o exercício de transparência de 2023, que forneceu mais de 1,2 milhões de pontos de dados. Além disso, a EBA finalizou a norma do modelo de dados (DPM) 2.0 para simplificar os processos de comunicação de informações, reduzir os custos e permitir a comunicação regulamentar digital. A EBA trabalhou no sentido de integrar os quadros de reporte de supervisão, estatística e resolução, beneficiando de inovações tecnológicas para reduzir os encargos de reporte e os custos de conformidade, promovendo simultaneamente soluções de tecnologia regulatória.

Execução de mandatos em matéria de financiamento digital e MiCAR/DORA

A EBA avançou com os seus trabalhos sobre o Regulamento Resiliência Operacional Digital (DORA) e o Regulamento Mercados de Criptoativos (MiCAR). O DORA, em vigor a partir de janeiro de 2025, visa melhorar a resiliência digital do setor financeiro da UE. A EBA, juntamente com outras Autoridades Europeias de Supervisão, iniciou consultas e elaborou políticas sobre a gestão do risco das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a comunicação de incidentes. Também se prepararam para a supervisão de terceiros prestadores de serviços de TIC críticos.

O MiCAR, em vigor desde junho de 2023, rege os criptoativos. A EBA lançou consultas sobre normas técnicas para os emitentes de criptofichas referenciadas a ativos e de criptofichas de moeda eletrónica, centrando-se na governação, nos testes de esforço e no acesso ao mercado. A fim de apoiar a transição do setor, a EBA publicou orientações, encorajou o cumprimento antecipado e desenvolveu quadros de supervisão. A EBA também monitorizou inovações financeiras como as criptomonedas, a inteligência artificial e as BigTech, ao mesmo tempo que co-desenvolveu um currículo de formação para a supervisão das finanças digitais através da Academia de Supervisão das Finanças Digitais da UE.

Reforço da capacidade de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo na UE

Em 2023, a EBA reforçou a sua capacidade para combater o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (BC/FT) em toda a UE. Atualizou orientações e emitiu novas orientações, centrando-se nos prestadores de serviços de criptoativos e no cumprimento das medidas restritivas. Também foi dada prioridade à resolução de questões como a redução de riscos e o acesso a serviços financeiros para grupos vulneráveis. A EBA apoiou a gestão do risco de branqueamento de capitais/financiamento do terrorismo e criou mais de 260 colégios de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo para efeitos de supervisão coordenada.

As principais iniciativas incluíram o lançamento da base de dados central da EBA sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (EuReCA), uma base de dados central que rastreia as deficiências em matéria de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, e a revisão das orientações relativas às transferências de fundos e aos criptoativos. A EBA também facilitou a transição para a nova Autoridade de Combate ao Branqueamento de Capitais, assegurando uma transferência harmoniosa de responsabilidades e moldando o futuro quadro da luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Implementação do roteiro ASG

A EBA avançou o seu roteiro ambiental, social e de governação (ASG), centrando-se na integração dos riscos ASG no quadro bancário, a fim de apoiar a transição sustentável da UE. As principais ações incluíram a avaliação do tratamento prudencial dos riscos ASG, a publicação de um relatório sobre o papel dos riscos ambientais e sociais e a proposta de melhorias para acelerar a sua integração. A EBA também emitiu orientações sobre a gestão dos riscos ASG e trabalhou no sentido de melhorar a transparência através dos principais indicadores de impacto negativo. Abordou o branqueamento ecológico no setor financeiro e prestou aconselhamento sobre empréstimos e hipotecas verdes. Além disso, a EBA preparou para o Fit-for-55 uma análise de cenários de risco climático para avaliar a resiliência do sector financeiro aos riscos relacionados com o clima.

Avaliação de riscos

A EBA continuou a avaliar os riscos e vulnerabilidades no setor bancário da UE, centrando-se em desafios como a invasão russa da Ucrânia, a instabilidade dos mercados financeiros, a inflação e o aumento das taxas de juro. Apesar destes desafios, o setor bancário da UE manteve-se resiliente, com uma elevada capitalização (rácio de fundos próprios principais de nível 1 de 16 %) e uma rentabilidade robusta. No entanto, persistem os riscos associados ao aumento das taxas de juro, ao abrandamento económico e aos riscos operacionais, como as ameaças cibernéticas. A EBA acompanhou a liquidez, a oneração de ativos e os planos de financiamento, publicando as principais conclusões em relatórios como o relatório de avaliação de riscos, estudos de liquidez e um mapa de cores sobre a gestão do risco de taxa de juro.

Recuperação e resolução

Em 2023, a EBA reforçou o quadro de recuperação e resolução através do desenvolvimento de orientações sobre a execução do instrumento de recapitalização interna e os testes de resolubilidade. Publicou orientações finais sobre a capacidade global de recuperação para harmonizar os planos de recuperação. A EBA também acompanhou a convergência do quadro de resolução e a criação de recursos MREL para melhorar a preparação para situações de crise e a resiliência.

Serviços de pagamento

A EBA trabalhou para melhorar a eficiência, a segurança e a facilidade de utilização dos pagamentos de retalho em toda a UE. Um dos principais resultados foi uma avaliação entre pares da autorização das instituições de pagamento ao abrigo da Diretiva relativa aos serviços de pagamento revista (DSP 2), que destacou melhorias na transparência mas também inconsistências regulamentares. A EBA apoiou o desenvolvimento da DSP3 pela Comissão Europeia e continuou a avaliar os dados relativos à fraude nos pagamentos.

Proteção dos consumidores e dos depositantes

Em 2023, a EBA avançou a proteção dos consumidores e dos depositantes, coordenando atividades de cliente simulado, desenvolvendo indicadores de risco a retalho e publicando relatórios sobre a proteção dos consumidores. As principais iniciativas incluíram a melhoria da transparência dos serviços de crédito e o tratamento das queixas. A EBA também reviu os sistemas de garantia de depósitos e analisou as alterações na cobertura dos depósitos, reforçando a proteção dos depositantes e a estabilidade financeira.

Convergência e independência no domínio da supervisão

A EBA mediou um litígio entre os sistemas de garantia de depósitos espanhóis e belgas e introduziu critérios comuns para as AES sobre independência de supervisão. Realizou também várias análises pelos pares, centradas na autorização, no tratamento dos mutuários de crédito hipotecário e nas participações qualificadas, com o objetivo de melhorar as práticas de supervisão e abordar os riscos emergentes em todos os setores.